

Coluna do Castello

Para que os políticos procuram os ministros

O presidente da República determinou aos ministros que recebam os deputados e senadores e lhes dêem atenção. A intenção é melhorar o relacionamento com o Congresso e com os políticos, dando-lhes acolhida que rotineiramente lhes vem sendo negada pelos ministros e diretores dos grandes serviços do Estado, como Banco Central, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal. Deve-se perguntar todavia não por que recebê-los mas para quê. Explica-se no Palácio: ainda que para dizer não:

A questão não parece bem posta. Claro que, se for para pleitear favores, ameações, empréstimos, etc., a resposta tecnicamente deveria ser sempre negativa pois a fisiologia política está aparentemente fora dos planos do atual governo. O mesmo governo que, negando-se ao jogo do que é dando que se recebe, constituiu-se à margem dos partidos e dos políticos, numa eleição em que houve um diálogo direto do candidato a presidente com o eleitorado.

Desde que a intervenção militar substituiu políticos por generais e coronéis no comando do Estado, o papel das instituições políticas, mesmo preservadas na sua forma, reduziu-se ao mínimo. Não tendo acesso à formulação de políticas nem à designação de seus executores, escolhidos em quadros técnicos ou na alta burocracia fardada, deputados, senadores, governadores e outros agentes tradicionais do poder civil perderam o pé na administração do país. E não se recuperaram mesmo depois dos cinco anos do governo de transição de José Sarney.

Já quando progredia no regime militar a distensão, os políticos se conformaram em medir seu prestígio pela obtenção de benefícios menores para seus estados e sua clien-



tela política. Nenhum dos ministros da Fazenda ou do Planejamento de Figueiredo ou de Sarney, por exemplo, consultou partidos ou governadores sobre seus planos, que foram tantos e tão traumatizantes na condução da economia. Decorrência disso foi o desprestígio crescente dos partidos, que vegetaram à margem dos governos mesmo quando tiveram participação em cargos menores. O que importava na condução dos negócios públicos passava-se à sua revelia e a parte que lhes foi outorgada nem sempre se distinguiu pela excelência dos serviços prestados.

Collor chegou ao governo à revelia dos partidos e de certo modo contra eles. Disputou com candidatos de pequenas agremiações enquanto os candidatos dos dois grandes partidos, PMDB e PFL, mal obtiveram 2% da votação. Foi uma rejeição explícita dos políticos e uma cartada no escuro, na óbvia tentativa de agredi-los com uma escolha feita diretamente pelo povo. Seu compromisso com eles seria nenhum, a não ser na medida em que o presidente se propõe a consolidar as instituições democráticas, prestando-as e renovando-as.

Nessa conjuntura o papel dos partidos e do Congresso seria a concentração nos seus órgãos remanescentes de ação, notadamente as câmaras legislativas, para nelas discutir as políticas de Estado e tentar influir nelas, referendando-as ou modificando-as sob a inspiração das idéias e dos compromissos que lhes deram a representação política. Audiências com ministros e diretores de bancos são, no momento, o irrelevante e, quando ocorrerem sob caridosa recomendação presidencial, é algo em que se deve pensar antes de procurá-las. Melhor seria que eles fossem procurados.